

## Antes do Método: os estudos do passado do Renascimento ao Século das Luzes

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos<sup>1</sup>

### I- O Prenúncio

No alvorecer do século XIX a institucionalização da ciência histórica representou a derradeira resposta às dúvidas e desconfianças sobre a sua validade, isto é, a cientificidade do saber histórico que, desde o período do renascimento, despertava, concomitantemente, o interesse e a hesitação em filósofos e pensadores.

A definição de um objeto de estudo – a História – e a determinação conjunta de um método específico de pesquisa – o método crítico, baseado na crítica documental associado à escrita da História – constituiu um grande legado aos historiadores do século XIX, possibilitando, finalmente, elaborar e apresentar uma resposta, um tanto quanto tardia, miríade de críticas e às desconfianças lançadas frente à validação científica do saber histórico ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Entre as principais críticas proferidas contra as aspirações acadêmicas do saber histórico, destacam-se as elaboradas e proferidas por pelo pensador francês René Descartes, árduo defensor dos preceitos e argumentos matemáticos, além de ser um dos destacados representantes da “nova filosofia”, denominação da época atribuída à obra e ao pensamento de Galileu, Bacon e do próprio Descartes (BURKE, 1997a: 23).

Para o autor do *Discurso do Método* a história não poderia ser considerada uma ciência, uma vez que o seu saber era: a) uma fuga da realidade, pois o historiador fica estranho à vida; b) *pirronismo*: as narrativas históricas não merecem a nossa confiança,

---

<sup>1</sup> Professor de História da Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Quirinópolis. Mestre em História das Ciências e da Saúde Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/RJ. E-mail: eduardo.vasconcelos@ueg.br

pois, por serem um conhecimento indireto do passado, são indemonstráveis e inverificáveis; c) como não são dignas de confiança não podem nos ajudar na ação presente – o conhecimento histórico é estéril; d) a história fantasia o passado, apresentando-o mais fantástico do que foi (REIS, 2001: 12).

Contudo, ainda século XVIII, uma rica tradição de estudos históricos, dentro e fora das universidades, foi formulada possibilitando o reconhecimento social e científico da História e do saber histórico ao longo do século XIX. Todavia, foi precisamente com o advento do século XVIII que a incompatibilidade entre as duas principais tradições relacionadas à história – de um lado a erudição histórica e do outro a escrita histórica – tiveram as suas incompatibilidades desfeitas. Gestando, desta forma, uma alternativa extremamente sólida e fecunda para o cultivo da renovação do saber histórico, centrando-se na desvalorização do método clássico. (IGGERS, 1984:12)

Visando debater este assunto, o presente artigo tem como objetivo a caracterização e a análise dos estudos relacionados ao passado, do renascimento ao século das luzes, centrando-se em suas práticas, técnicas e eventuais métodos buscavam a validade do saber histórico. Validade essa que foi alcançada apenas após a decantação das antigas práticas características do método clássico, deixando o caminho livre para a afirmação do método histórico como prática científica no século XIX. O que resultou na legitimação e na profissionalização da história como ciência, o historiador como o especialista dessa área e a obliteração de todas as tentativas anteriores de estudo, pesquisa e escrita como ineficazes e inúteis.

## **II – Erudição Histórica e Escrita Histórica**

A prática antiquária ou antiquarismo foi uma das principais tradições que demarcaram as preocupações e o ambiente relacionado aos estudos históricos anteriores à sua plena legitimação científica no início dos oitocentos.

Na Europa, as atividades voltas ao antiquarismo foram iniciadas a partir do renascimento e nos períodos subsequentes, quando o interesse e o empenho em conhecer as antiguidades gregas e romanas ganharam impulso, explicitando, desta forma, a percepção de distinção entre os antigos e os modernos (FURET, s/d: 109)  
Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

Segundo François Furet, aos homens imbuídos da vontade de conhecer e deter este momento diferenciado da experiência humana, do século XVI-XVIII, atribuiu-se a singela denominação de *antiquarii* ou antiquário (FURET, s/d: 109). A principal característica dos antiquários era a pesquisa motivada pela paixão por antiguidades (grego-romanas) e como especialistas em coisas antigas, desenvolviam suas pesquisas com o auxílio da manipulação de escritos, vestígios arqueológicos e moedas, procederam também a fundação e anexação de outros ramos do saber: numismática, epigrafia, paleografia e a diplomática. Dessa forma, os antiquários instituíram os fundamentos da erudição moderna (CAIRE-JABINET, 2003: 73).

Os antiquários objetivavam buscar fontes mais confiáveis. Ao investigar vestígios materiais como uma metonímia da história, ou seja, ao utilizar um conjunto sistemático de moedas, vasos, inscrições, monumentos e outros objetos, eles reproduziram em escala menor a história. Esses objetos seriam mais garantidos que qualquer relato, pois haviam sobrevivido ao tempo, corporificando a autêntica materialização do passado (PAIVA, 2010).

Entretanto, mesmo com o empenho e o desejo em conhecer as coisas antigas, os antiquários munidos com a sua *ars antiquaria* não eram historiadores na acepção do termo instituída desde o século XIX. O antiquarismo, não se apresentava como uma tradição crítica, não debatia e, em muitos casos, aceitava e propagava os argumentos dos textos sagrados. Comentavam as obras de Tucídides, Tito Lívio e Tácito, para trabalhar nas margens destes, afirmando que da forma como foram feitas não poderia haver melhor. E quando queriam se distanciar dessa nova identidade que estavam forjando, entre os antigos e eles, escreviam o que denominavam de antiguidades e não história (FURET, s/d: 110).

O afã dos antiquários ao seu trabalho foi tão intenso e englobou tantos aspectos para o estudo e a pesquisa que, em muitos casos, apenas um único homem não suportaria esse fardo desprovido de auxílio. Dessa forma, muitas equipes coletivas de estudos e pesquisas foram constituídas não raro o envolvimento de famílias inteiras neste esforço coletivo de desnudar o passado com auxílio de objetos e relíquias (CAIRE-JABINET, 2003:73-75).

Olhando retrospectivamente para os antiquários, que buscavam “tudo saber, tudo fazer”, fica claro que eles trabalhavam em várias frentes, muitas vezes ao mesmo tempo, ao ponto de lidarem, também, com a escrita histórica e publicarem cronologias, anais, compilações e memórias, formando, desta maneira, uma narrativa continuada, não se importando com as provas documentais, dado que, a História, deveria ser uma lição de moral (FURET, s/d: 111).

Desfrutando do mesmo nível de interesse que as *antiquitates* e em muitos casos em perfeita simbiose com as práticas antiquárias, duas grandes tradições foram conformadas e relacionadas com os aspectos de cunho históricos. De um lado, havia a tradição da crítica filológica com as suas origens no Renascimento e na Reforma (IGGERS, 1984:13).

Do outro lado, a tradição da crítica narrativa que remontava a Tucídides, revivida na Itália renascentista e representada em sua grandiosa forma por governantes, militares e filósofos em pleno exercício de suas vidas públicas, ao ponto de serem entendidas como ensinamentos didáticos e filosóficos e enquanto buscavam dizer a verdade, apenas de forma limitada aplicavam as regras da crítica documental baseados no conhecimento erudito (IGGERS, 1984:12-13).

O século XVI beneficiou-se diretamente do rico entusiasmo que despertou nos homens da época, que, ao fim e ao cabo, foram buscar nas palavras e nas páginas remanescentes do passado grego-romano argumentos para utilizar em suas fundamentações político-sociais (CAIRE-JABINET, 2003:54).

Já no século XVII, a técnica da imitação continua e alcançar um padrão bem corrompido. Desta maneira, diante da autoridade desfrutada pelas obras Históricas dos antigos, restaria apenas recontá-la, por meio de variações retóricas atualizadas ou edulcorá-la para atender ao bom gosto das damas, buscando novas formas de composição dos textos para aperfeiçoar e embelezar a narrativa (LOPES, 2009:19-21).

Todavia, do século XVI ao XVIII, o grande referencial ou o pano de fundo das atividades relacionadas a crítica filológica e/ou a crítica narrativa em maior ou menor grau, variando de acordo com localização geográfica e com a tradição intelectual, era o

recurso da imitação, presente como elemento indispensável à produção histórica da época.

De uma forma geral a escrita da História estava exacerbadamente orientada para o processo literário de imitação, aceitação e obediência aos cânones vigentes. Não se valorizava a originalidade, a inovação ou ainda qualquer tentativa de diferenciação frente aos padrões forjados na antiguidade, ao ponto de ser explicitamente perceptível nesta produção a valorização dos desfiles de hipérboles e as metáforas pomposas mais do que a análise dos acontecimentos (LOPES, 2009:21-23).

Todavia, ao longo e após toda a mobilização desenvolvida e demandada pelos “amantes das coisas do passado”, o que esses homens acabaram encontrando, não todos vale frisar, foi simplesmente a própria redescoberta do homem, capaz de olhar para o passado e para si com outros olhos (WOORTMANN, 2004:35).

### **III – Crítica e documentos**

Foi no século no século XVII, segundo François Dosse, que o estudo científico de documentos textuais foram confrontados aos seus supostos contextos histórico. A boa nova, isto é, a inovação crítica foi realizada dentro dos muros do mosteiro pelos monges beneditinos, sobretudo, no seio da congregação beneditina de São Mauro que após profundas mudanças e alterações permitiu o surgimento das pesquisas históricas mediante a liberação de partes das atividades materiais para dedicação ao trabalho intelectual (DOSSE, 2003: 32; FURRET, s/d:111; HIGOUNET, 1988: 45).

A abadia de Saint-Germain-des-Prés tornou-se o centro dos estudos eruditos seguindo o protocolo de pesquisa centrado em: encontrar os atos, fundações e bens do mosteiro, ocupar-se da administração das abadias, de suas regras e costumes baseados em documentos oficiais, revelar altos feitos e curiosidades naturais, enumerar a lista dos santos, das relíquias e santuários, e, enfim reunir todas essas informações na história da ordem e da Igreja (DOSSE, 2003:32- 33).

No entanto, antes de arcarem com todas as atribuições relacionadas à pesquisa, os monges recebiam ensinamentos históricos por meio de um programa tripartite: o estudo das antiguidades clássicas, o estudo das antiguidades nacionais e uma iniciação ao método histórico. Observando as ocupações possíveis para os membros da ordem fica claro a importância do treinamento, pois das quarenta ocupações possíveis mais da metade eram destinadas exclusivamente aos estudos e destes, dois terços eram consagrados especificamente à história (DOSSE, 2003: 33).

Indubitavelmente, a rigorosa pesquisa crítica efetivada pelos beneditinos constituiu-se um grande marco, ao ponto de, rapidamente passar para o lado de fora dos muros dos mosteiros encontrando boa acolhida nas academias. Entretanto, como ressalva George Iggers, a principal preocupação ainda não era com a escrita da história ao molde e nos preceitos oitocentistas, mas edição de textos. Desta forma, foi dentro das universidades, nomeadamente as instituições de ensino superior recém criadas da Prússia, a transição da erudição para a nova orientação científica (IGGERS, 1984:13).

#### **IV – O método e a sua forja**

Ao referir-se à intensificação das agitações relacionadas ao saber histórico desencadeado nos setecentos, Peter Burke nos informa que, foi em meados do século XVIII que, um certo número de escritores e intelectuais, começaram a preocupar-se com o que denominavam de “história da sociedade”. Uma história que não se limitava às guerras e à política, preocupada com as leis e o comércio, a moral e os “costumes”. Percebeu-se esse tipo de interesse na Escócia, França, Itália, Alemanha e em muitos outros países (BURKE, 1997b:17).

Todavia, houve um lugar em que os eflúvios da novidade ganharam maior força. Foi em Göttingen, isto é, na Universidade de Göttingen, criada em 1737, que, principalmente, os professores Johann Christoph Gatterer e August Ludwig Schlözer e a geração subsequente, capitaneada por Ludwig Heeren buscaram o balanceamento entre as análises das estruturas sociais e a narração dos eventos. Seus estudos e pesquisas buscavam combinar a ampla perspectiva dos historiadores filosóficos, como Montesquieu, Voltaire, Gibbon e Iselin com a habilidade técnica da erudição

conjuntamente com a crítica e a exegese textual. Dessa maneira, esses historiadores refletiam as preocupações do Iluminismo com o estudo da natureza humana e seu contexto histórico (IGGERS, 1984:14-16).

A amplitude e o empenho em fundar uma “outra história” distinta da que existia então, fez com que o grupo ligado a Universidade buscasse superar a estreita narração orientada a política e aspirasse escrever amplamente sobre a história social e cultural, nos padrões da época. Esse balanço entre história política, história social e a preocupação com a simples narração desenvolvida pelo grupo, adaptou-se perfeitamente às novas instâncias políticas da realidade prussiana, centradas em uma monarquia iluminista que objetiva superar os resíduos feudais da economia e da ordem (IGGERS, 1984:16).

Segundo Georges Iggers, os historiadores de Göttingen expressaram a nova visão historicista, consciente dos elementos em transformação nas instituições, costumes e nas formas de pensamento. Eles desejavam entender a natureza humana exigindo o exame das circunstâncias históricas em que ela aconteceu. Todavia, essa empresa intelectual não ficou livre de tensões e contradições, tais como, a insistência de elevar a história ao patamar científico inserindo conceitualizações apoiadas em evidências empíricas e no reconhecimento dos limites do pensamento racional, empirismo e indução, na compreensão dos significados humanos relacionados aos elementos de empatia e simpatia de entendimento, o que restringia substancialmente esse método (IGGERS, 1984:17).

## **V – Conclusão**

Sob a epígrafe de “escrever apenas o que realmente aconteceu”, a ciência histórica passou a desfrutar do prestígio científico que lhe conferiu assento nos novos centros de formação do XIX, ou seja, as universidades.

Um novo século, uma nova ciência e a negação de todos os métodos que não o científico no XIX. Amíúde, olhando retrospectivamente para o percurso traçado do saber histórico até a sua institucionalização, costuma-se valorizar exarcebadamente o século XIX. Restando aos neófitos ou aos defensores do método oitocentista a simples

constatação de que única contribuição, válida, que as épocas anteriores ao método prestaram foi, quando muito, à conservação dos materiais de pesquisa, principalmente os de caráter documentais.

Dessa forma, pelo critérios e parâmetros instituídos e aceitos desde o século XIX, apenas alguns poucos poderiam receber a alcunha de historiador. Isto acontecia, segundo os defensores do método oitocentista, porque antes do século XIX a história e os que se dedicavam a ela estavam envoltos nas brumas dos mitos, da religião ou submissos às vontades de príncipes e reis.

O método instituído e disseminado ao longo do século XIX engendrou tamanho sucesso e reconhecimento que, só no século XX, seriam organizados grupos e alternativas para, mais uma vez, instituir uma “nova história”.



## Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **Vico**. Tradução de Roberto Leal Ferreira – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997a. (Ariadne)

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales**: a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997b.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução á historiografia**. tradução de Laureano Pelegrin - Bauru, SP: 2003

DOSSE, François. **A História**. Tradução de Maria Elena Ortiz Assunção - Bauru, SP: EDUSC, 2003

FURET, François. **A oficina da História**. Tradução de Adriano Duarte Rodrigues - Lisboa: Grávida, s/d. (coleção construir o passado n.8)

HIGOUNET. C. *et ali*. **História e Historicidade**. Tradução de Germiniano Cascais Franco – Lisboa: Gradiva, 1988.

IGGERS, George G. **New Directions in European Historiography**. London: Methuen, 1985.

LOPES. Marcos Antônio. **Idades da História**: figuras e ideias do pensamento Histórico Moderno. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2009.

PAIVA. Evelyn Morgan Monteiro. **Antiquarismo e História Perfeita**: relações entre erudição e historiografia moderna. In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 2010.

REIS, José Carlos. **Vico e a História Nova**. In: Temas & Matizes. Vol. 1, No. 1. Cascavel, PR: UNIOESTE, 2001.

WOORTMANN, Klass. **O selvagem e o novo mundo**: ameríndios, humanismo e escatologia. Brasília , DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.